



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª
(DÉCIMA SÉTIMA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 15 DE AGOSTO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Robério Negreiros a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Procederemos à votação, em segundo turno, do PLC nº 17, de 2011.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos com algumas emendas parlamentares, e a Oposição nunca esteve tão pequena como a que estamos hoje, com três Parlamentares, o que dificulta o Regimento porque no segundo turno temos que apresentar com quatro. Então eu faço um apelo aos Parlamentares, mesmo sendo da Base, que não quiserem votar conosco a emenda, mas que a gente tenha o direito de pelo menos apresentá-las.

É só isso, Sr. Presidente.

(Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estou com uma emenda que retorna uma área que está sendo transferida de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

rural para urbana, e é uma área, inclusive, Sr. Presidente, que tem mananciais de água. Estamos aqui com os representantes da área rural. É a área rural ali do Catetinho. Eles nos trouxeram o pedido de emenda para que a gente retorne.

Então eu peço aos Parlamentares que mantenham essa emenda nossa, para que possamos realmente preservar essa área que é rural. Os próprios moradores querem que continue rural e estão aqui hoje. Portanto, peço a assinatura dos Parlamentares que puderem assinar conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, V.Exa. pode, inclusive, andar pelo plenário, articular com os Parlamentares, colher assinatura, fazer articulação política, tranquilamente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu sei, Sr. Presidente. Eu sei do que eu posso e do que eu não posso. Eu só estou deixando claro, para que conste nas notas taquigráficas que nós tentamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Sei.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer, mais uma vez, a área há pouco mencionada da EPTG é uma transformação de uma área que é absolutamente pública, para que nela possam ser efetivamente estabelecidos os contratos. Então foi nesse sentido. Não tem área privada na EPTG. É uma área essencialmente pública. Portanto, o governo entende que é necessário ser feita essa transformação.

É só para esclarecer, porque de repente está sendo informado aquilo que não é verdade. O da Gaia é um processo de parcelamento que existe protocolado, e no texto original ficou faltando uma ponta. Esta, sim, é a única posição, além do caso da Santa Prisca, que se refere à área particular em todo o PDOT. Só para ficar bem claro, para nenhum Deputado ter dúvida quanto à votação que nós estamos tendo nesta tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wasny de Roure já esclareceu bem, mas quero acrescentar que, nessa questão específica da EPTG, essa alteração está sendo feita para fins de regularização e mediante o pedido da comunidade. Então é uma terra pública em que está sendo feita essa alteração. É a única possibilidade de regularização lá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

Inclusive, falou-se muito bem especificamente sobre o parcelamento Gaia, que é outra pequena parte que é privada. Ele também é para se adequar a um erro cometido no passado. Então, o parcelamento já está em andamento lá na Sedhab. Isso é uma adequação para se corrigir um erro.

Efetivamente, corroborando as palavras do Líder do Governo, o Deputado Wasny de Roure, nós estamos dizendo que somente a questão da Santa Prisca e essa pequena parcela, que não representa sequer 15% do parcelamento Gaia, estão sendo alterados. Elas são as partes privadas que estão sendo tratadas nessa peça legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) — Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Item nº 1:

Votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “atualiza o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Foram apresentadas 5 emendas de plenário em segundo turno. As comissões deverão se manifestar sobre as emendas apresentadas.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Foram apresentadas 5 emendas. Fica encerrado o prazo para a apresentação de emendas.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é só para prestar um esclarecimento.

Nós tínhamos uma emenda aqui para retirar o termo 269A, porque as caixas de *e-mails* de todos ficaram abarrotadas de mensagens. O Deputado Rôney Nemer trouxe a informação de que, na Comissão de Constituição e Justiça, esse texto foi modificado, colocando a proibição do parcelamento.

Então, para deixar claro, nós iríamos apresentar a emenda, mas não conseguimos as assinaturas suficientes, porque o Deputado Rôney Nemer já colocou e fez a correção na Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Inclusive, foi votado na Comissão pelos seus membros.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas apresentadas em segundo turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo às emendas de segundo turno ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “atualiza o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Emenda nº 1, de autoria de vários Deputados:

“Modifique-se o zoneamento de Zona Rural de Uso Controlado — ZRUC, relativo à área indicada no Anexo I, Mapa 1A, conforme figura constante no desenho anexo, para Zona Urbana de Expansão e Qualificação — ZUEC, retornando as características previstas na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, e adite-se ainda, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei Complementar”.

A primeira parte da emenda volta à emenda que era de expansão urbana. A zona urbana de expansão e qualificação, que foi transformada em zona rural, voltou para a zona de expansão urbana porque não tinha sido motivo de ADIn.

“As áreas rurais particulares que forem transformadas em urbanas deverão os seus proprietários protocolar o projeto urbanístico de parcelamento do solo no órgão competente do Poder Executivo, no prazo máximo de cinco anos, a contar da data de publicação da norma que der origem à alteração.”

Ou seja, os proprietários de todas as áreas, de agora para frente, que forem transformadas de rural para urbana, terão o prazo de cinco anos para que se dê entrada no planejamento urbano projetado para tal área, para que não haja reserva de mercado, para que a pessoa não fique segurando e não haja oferta.

“§ 1º No caso das áreas rurais particulares que já foram transformadas em urbanas – em PDOTs anteriores –, deverão os seus proprietários protocolar o seu projeto urbanístico o parcelamento do solo no órgão competente do Poder Executivo, no prazo máximo de três anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar.”

Então, também é para dar um limite.

“§ 2º O Poder Público aplicará os instrumentos da política urbana nas áreas que não cumprirem o prazo estabelecido nesta Lei Complementar.

§ 3º Os instrumentos a serem aplicados, mencionados no parágrafo anterior são:

- I – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- II – Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo;
- III – desapropriação com pagamento de títulos;
- IV – direito de preempção.”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

O direito de preempção ocorre quando a Terracap e o Poder Público têm prioridade para comprar do particular.

A Emenda nº 1 tem parecer favorável. Ela não traz aqui, mas no corpo do PDOT já é claro que é obrigatório pagar a Onalt — Outorga Onerosa de Alteração de Uso, obrigação quando há mudança de destinação de rural para urbano.

A Emenda de Plenário nº 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2011 que “atualiza o Plano Diretor de Ordenamento Territorial e dá outras providências”, modifica a área PM1, Polo Multifuncional, Catetinho, da Tabela 3B do Anexo II, para o seguinte texto: Ponte de Terra, Setor Habitacional Catetinho, Expansão do Riacho Fundo II, Núcleo Rural Casa Grande.

Quem apresentou esta emenda foi a Deputada Celina Leão.

Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. um prazo de três minutos para discutir esta emenda, porque eu não tinha conhecimento dela antes de dar o meu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok.

(Pausa.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo às Emendas Aditivas de Plenário nº 1, que já li; nº 2, de autoria da Deputada Celina Leão, que também já li; nº 3, também de autoria da Deputada Celina Leão, que é complementar nos mapas: “Suprima-se da Tabela 2B, do Anexo II, a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS CAUB I, e a Área de Regularização de Interesse Social – ARIS CAUB II”.

Emenda Aditiva nº 4, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa e outros: acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2011.

“Os novos núcleos habitacionais a serem implantados após a data de publicação desta Lei Complementar deverão contar com unidades imobiliárias destinadas à instalação de creches para atender crianças de 0 a 5 anos de idade.

§ 1º A unidade mobiliária destinada à instalação de creche não poderá ter seu uso alterado, exceto se criada outra na mesma região administrativa, exigindo-se, para o caso, a realização de audiência pública à população interessada.

§ 2º O Poder Público realizará as intervenções urbanísticas necessárias e prioritárias nos núcleos habitacionais existentes até a data de publicação desta Lei Complementar, com vistas à criação de unidades imobiliárias para instalação de creches”.

Emenda (Modificativa) de Plenário nº 5, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa e outros: ao art. 278, § 2º, dê-se a seguinte redação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

“O contrato específico a que se refere o *caput* deste artigo será permitido na Zona de Contenção Urbana e, no caso do conjunto tombado de Brasília, somente com aprovação dos organismos de proteção ao patrimônio arquitetônico, cultural e histórico”.

O parecer, Sr. Presidente, da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo é pelo acatamento da Emenda Aditiva de Plenário nº 1, de autoria de vários Deputados; pela rejeição da Emenda de Plenário nº 2, de autoria da Deputada Celina Leão; pela rejeição da Emenda de Plenário nº 3, de autoria da Deputada Celina Leão; pelo acatamento da Emenda Aditiva de Plenário nº 4, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, e pelo acatamento da Emenda Modificativa de Plenário nº 5, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

Portanto, este Relator acata as Emendas de Plenário nºs 1, 4 e 5 e rejeita as Emendas de Plenário nºs 2 e 3.

É o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 2 abstenções, da Deputada Celina Leão e do Deputado Wasny de Roure. Então, são 16 votos pela aprovação.

Solicito à Relatora, Deputada Celina Leão, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários às emendas de plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “atualiza o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, seguimos o parecer do Deputado Rôney Nemer, Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Robério Negreiros, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, designo o Deputado Olair Francisco para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas de plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “atualiza o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Na Emenda Aditiva de Plenário nº 1, acompanhamos o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que é pela aprovação.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Comissão de Constituição e Justiça acompanha o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Parlamentares. Houve 1 abstenção, do Deputado Wasny de Roure.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista para discutir.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar a minha discordância em relação à Emenda nº 1 e dizer que, nas demais, voto com os relatores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Eu gostaria de esclarecer os Deputados. Nós votamos o parecer das emendas das três comissões, como foi feito na primeira emenda, que passou pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; pela Comissão de Assuntos Fundiários e pela Comissão de Constituição e Justiça. Processo vencido.

Agora estamos na votação do segundo turno do PDOT — Plano Diretor de Ordenamento Territorial. As emendas não foram destacadas. Estamos no processo de votação. Quem votar “sim” é a favor do PDOT. Quem votar “não” é contra, inclusive contra o que votou às vezes no primeiro turno.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 15/08/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☒ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL EM 15/08/2012

- ☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ ☐ EMENDAS REJ. NºS _____
☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 17/11
☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐ RECURSO Nº (S) _____
☐ REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐ OUTROS _____
☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____

☒ Executivo

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X	
	ARLETE SAMPAIO	PT	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	CELINA LEÃO	PSD			X		
	CHICO LEITE	PT				X	
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PEN	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD			X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD			X		
	LUZIA DE PAULA	PEN				X	
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	RAAD MASSOUH	PPL	X				
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC				X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		17		2	4	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. ROBÉRIO NEGREIROS
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ Nº /	FOLHA Nº
------------	------	------------	----------



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 3 abstenções. Houve 4 ausências.

Está aprovado em segundo turno o Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2011.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma retificação. Nas emendas de segundo turno, em que fui o relator pela CCJ, eu segui todos os pareceres da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Só para esclarecer e não haver nenhuma dúvida no processo eleitoral.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência inclusive comunicou que seguiu os pareceres da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da Comissão de Assuntos Fundiários, acatando três emendas e rejeitando duas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “atualiza o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos um companheiro aqui muito parceiro e muito correto com todos nós, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

não falta basicamente a nenhuma sessão desta Câmara Legislativa, que é o Deputado Agaciel Maia. Ele participou da primeira votação, participou de todas as votações, mas ele tinha uma viagem marcada para o Rio Grande do Norte agora, e correria o risco de perder o avião. A senhora mãe dele tem um grave problema de saúde e ele sempre está correndo lá para acudi-la.

Portanto, quero justificar neste momento a ausência do Deputado Agaciel Maia nessa segunda votação, em virtude dessa viagem para socorrer a família. Que fique registrado nas notas taquigráficas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, fica justificada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero requerer que seja anulada essa decisão de aprovar a redação final, a não ser que consigam apresentar neste momento os mapas modificados que são parte integrante do projeto. Temos os mapas, e várias áreas foram alteradas. Se tiver para apresentar esses mapas modificados com as emendas que foram propostas aqui, eu estou de acordo; caso contrário, é impossível aprovarmos a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Daqui a pouco eu me posiciono quanto à questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Sem revisão do orador.) – Só para constar, Sr. Presidente, para todos que aqui estão, que a Deputada Luzia de Paula ainda está de licença médica.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero inicialmente cumprimentar V.Exa. e todos os Deputados, que no final do semestre passado entenderam que era importante transferir a apreciação em plenário do Projeto de Lei Complementar nº 17, chamado Atualização do PDOT.

Neste momento a Câmara dá demonstração de maturidade, cumprindo com as datas previstas, e quero transferir esses cumprimentos a V.Exa. e a cada um dos colegas Deputados que ajudaram a construir, sobretudo os relatores, Deputado Joe Valle, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Rôney Nemer, com a contribuição da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

Sedhab, que é a nossa Secretaria, sob a coordenação do Deputado e Secretário Geraldo Magela.

Mas, Sr. Presidente, quero registrar na minha declaração que o meu voto nas emendas de plenário nesta noite foi pela abstenção, por entender que essa matéria teve uma apreciação no passado nesta Casa, da minha parte, como também há particularidades que quero deixar aqui plenamente transparentes, tanto do ponto de vista da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, da Comissão de Assuntos Fundiários, como da Comissão de Constituição e Justiça. O meu voto nessas emendas foi pela abstenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para contraditar o posicionamento, a questão de ordem levantada pela Deputada Eliana Pedrosa. A redação final será exatamente, *ipsis literis*, o que foi votado neste plenário. E essa é uma prática desta Casa, a Deputada Eliana Pedrosa tem consciência disso. Em cem por cento praticamente dos projetos que a gente vota nesta Casa é pedida a dispensa do interstício, que seja dada como aprovada a redação final.

Portanto, eu sugiro a V.Exa. que a gente prossiga com essa prática que é salutar, e V.Exa. declare efetivamente lida e aprovada a redação final.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de explicar ao Deputado Chico Vigilante e aos demais colegas que este projeto não é apenas texto, ele é texto e mapas. Eu volto à votação do PDOT de 2009, quando o texto estava perfeito, mas o mapa retirou um pedaço do Parque do Guará – e passou batido por todos.

Portanto, só estou pedindo que eu gostaria de ver – já que a redação final é um texto final na íntegra, é um projeto na íntegra como vai para o Executivo, e há várias emendas que fizeram alterações ao texto original –, de verificar se nessa redação final, se for aprovada hoje, o que eram os mapas no projeto como chegou e os mapas com o desenho final decorrente das emendas que foram apresentadas nas comissões e aqui no plenário. Apenas isso, Deputado.

Isso é uma cautela, até porque acho que esta Casa não vai querer repetir o erro duas vezes. Espero que não tenha erro nenhum, melhor ainda, mas eu não gostaria de deixar passar algo que o PDOT de 2009 deixou, e com prejuízo à sociedade: a perda de um pedaço da área do Parque do Guará.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2012	18h05min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós gostaríamos também – se for acatada a questão de ordem da Deputada Eliana Pedrosa – que esses mapas sejam coloridos para facilitar a identificação das áreas, porque muitas vezes eles chegam preto e branco, cópias, para as nossas assessorias, e a gente não consegue identificar como ficou o resultado final de todo o projeto de lei.

Eu gostaria também de deixar registrado o fato de termos ampliado e estarmos novamente sujeitos a ADIns, como eu venho falando desde o começo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A aprovação em segundo turno foi com 17 votos.

Eu vou indeferir a questão de ordem da Deputada Eliana Pedrosa.

Vou acatar a questão de ordem do Deputado Robério Negreiros, em que foi declarado por esta Presidência o acatamento da redação final – como foi feito e é feito em todos os projetos em segundo turno. Acatamento imediato à redação final, não prejudicando que os Parlamentares tenham acesso à redação final do projeto antes de ser encaminhado ao Executivo.

É bom deixar claro que tomamos a medida acertada de não votarmos no dia 28 de julho, quando entramos na madrugada votando projetos na Câmara, e deixarmos que o PDOT fosse votado no dia de hoje, somente esta matéria. Foi votado durante o dia, com exaustão de todos os Deputados, apreciação das emendas. Debates o tempo inteiro, o primeiro e o segundo turno foram votados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Com a redação final?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com a redação final. Com a imediata redação final.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sem a verificação dos mapas?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acatando a questão de ordem do Deputado Robério Negreiros, pelo imediato acatamento da redação final.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h53min.)

Ata lida e aprovada na 69ª Sessão Ordinária, de 22/08/2012.